

UM ESTUDO DE PREPOSIÇÕES EM CONTEXTO DE CONSTRUÇÕES DE VERBO AUXILIAR

Sueli Maria COELHO*

- **RESUMO:** Neste artigo, descrevemos e analisamos construções da língua portuguesa formadas por [verbo auxiliar + preposição + infinitivo], que são aqui abordadas num viés pancrônico, pautado numa concepção cognitivista e multissistêmica de língua(gem). Nosso objetivo maior consiste em explicar por que, em algumas dessas construções, a preposição tende a ser apagada, sobretudo em contextos de oralidade, sem que tal apagamento resulte em prejuízo para a boa formação da sentença, enquanto em outras o liame preposicional deve obrigatoriamente se interpor entre o verbo auxiliar e a forma nominal de infinitivo, sob pena de se comprometer a boa formação do composto. No entorno dessa questão maior, buscamos ainda descrever que tipo de preposição ocorre nessas construções, a correlação entre o tipo de preposição e a função gramatical (tempo, aspecto, modalidade) codificada pela construção, além de identificar fatores condicionantes da presença da preposição nesses contextos. Os resultados obtidos acusam que apenas as preposições A, DE, PARA e POR podem ocorrer nesses contextos e que elas são herdadas do contexto de reanálise da construção, majoritariamente ligado a um ambiente sintático de finalidade. A opcionalidade da preposição no contexto é restrita à preposição A e condicionada por uma imbricação de fatores de natureza fonológica, prosódica e semântica.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Preposição. Construção de verbo auxiliar de incidência indireta. Aspecto verbal. Tempo. Modalidade.

Delimitação do objeto de estudo, problematização e metodologia

Dedicar-nos-emos neste artigo ao estudo de construções de verbo auxiliar de incidência indireta, isto é, aquelas que apresentam em sua estrutura um liame preposicional entre o verbo morfemático e a forma nominal de infinitivo: [V1 + preposição + V2_{infinitivo}]. Segundo observa João de Almeida (1980, p.28), “[...] o sintagma ‘auxiliar mais infinitivo’ domina o panorama da perífrase verbal na língua portuguesa, e é, portanto, onde o processo da auxiliação se faz mais constante e mais variado.” Entretanto, a despeito da produtividade do fenômeno e da agigantada riqueza de

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – MG - Brasil. sucoelho@ufmg.br. ORCID: 0000-0003-4021-0339

estudos sobre auxiliaridade nas línguas românicas, praticamente inexistem trabalhos de maior envergadura que se dediquem a investigá-lo nos termos de nossa proposta¹, o que justifica, portanto, nosso investimento no tema. Nosso quinhão no escopo da auxiliaridade em língua portuguesa se restringe, assim, às construções [V1 + preposição + V2_{infinitivo}] e busca responder a quatro questões fundamentais para cuja discussão dedicamos seções distintas ao longo deste texto: (i) quais preposições podem ocorrer nesse contexto?; (ii) existe especificidade de função correlacionada ao tipo de liame preposicional ou as mesmas preposições participam da codificação de funcionalidades distintas?; (iii) por que algumas preposições podem ser apagadas da construção sem prejuízo para sua boa formação, enquanto outras não o podem?; (iv) que fator(es) condiciona(m) a seleção da preposição nesse contexto?

Para buscar responder a essas questões, analisamos quantitativa e qualitativamente um conjunto de 802 (oitocentos e duas) construções coletadas no *corpus* histórico Tycho Brahe (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>) (GALVES; ANDRADE; FARIA, 2017). A coleta abrangeu o período compreendido entre os séculos XV e XX e foi feita segundo o sistema de etiquetagem do próprio *corpus*: optamos pelo tipo de busca que nos permitisse construir graficamente a consulta e, visando a obter uma amostragem o mais abrangente possível da língua, determinamos que a busca seria processada em todos os textos etiquetados, o que abarcaria uma maior diversidade de gêneros textuais. A etiqueta construída para a consulta foi a seguinte: [verbo >> preposição >> verbo infinitivo].

De posse dos resultados da busca, selecionamos as 150 (cento e cinquenta) primeiras ocorrências de cada século para compor nosso *corpus*. Constatamos, contudo, que nem todas eram construções de verbo auxiliar, o que nos levou a eliminar 98 (noventa e oito) ocorrências que eram apenas formas justapostas, como por exemplo, *tem para agradecer* e *de cortar*. Tais ocorrências foram eliminadas da quantificação, mas foram consideradas na análise qualitativa para nos auxiliar a identificar possíveis contextos de reanálise do verbo auxiliar, para o que nos apoiamos também em dados coletados no *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>) (DAVIES; FERREIRA, 2004-2015).

Conscientes da limitação metodológica que o trabalho com *corpus* impõe ao pesquisador, sobretudo relativa à possibilidade de não lhe permitir identificar construções que sua intuição de falante-ouvinte acusa que existem, mas que não se encontram documentadas, endossamos o entendimento de Santana (2010, p.132) de que “[...] o procedimento metodológico mais eficaz, para superar esse tipo de limitação próprio de dados emanados de *corpora*, é misturar o levantamento de dados com a construção de

¹ O único trabalho do gênero que pudemos identificar foi o de Sousa (2011) que, orientada pela Prof^a Dr^a Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB), apresenta um estudo propedêutico do tema de que nos ocupamos em seu trabalho final da disciplina *Projeto de Curso*. Apoiada no quadro teórico gerativista, ela explorou a hipótese de que as preposições que podem ser apagadas no contexto de perífrases verbais não são predicadoras, mas marcadoras de caso abstrato. Dada, contudo, a natureza preliminar do trabalho, a autora reconhece que “há muito que se aprofundar” e reafirma a “[...] necessidade de um estudo dedicado às perífrases verbais, especialmente as de infinitivo, que abrangem todos os contextos de uso de preposições, não somente o caso do aspecto.” (SOUZA, 2011, p.32).

exemplos baseados na intuição.” Além disso, dado que o recorte sincrônico estabelecido para o estudo não nos permitiu incluir dados de oralidade, sob pena de sacrificar o balanceamento do *corpus*, nossa opção metodológica foi por preencher tal lacuna com a construção de exemplos ilustrativos de situações reais de interação oral. Desse modo, embora nossa análise quantitativa seja ancorada em dados levantados em *corpora*, a análise qualitativa não se furta a considerar também dados de intuição devidamente licenciados pela gramática da língua portuguesa. Assim, neste texto, os dados extraídos de *corpora* estão devidamente referenciados e aqueles que prescindem de referência devem ser entendidos como dados de intuição, muitas vezes preferidos nesta exposição por nos permitirem ilustrar de modo mais didático nossa argumentação. Isso posto, iniciemos a tarefa a que nos propusemos pela análise de nossa primeira questão.

Preposições em ambiente sintático de construção de verbo auxiliar

Dado que a auxiliaridade resulta de um processo de gramaticalização² da forma que ocupa a posição de V1 e que as preposições já são formas gramaticais, nossa expectativa era que nem todos os tipos de liames preposicionais pudessem ocorrer no contexto, hipótese que se apoia nas restrições oriundas do estágio de gramaticalização da construção e que se confirmou quando da análise dos dados coletados no *corpus* histórico. Visando a identificar quais preposições podem ocorrer nas construções de auxiliação com o infinitivo, analisemos os seguintes enunciados:

- (1) Maria *começou a fazer* dieta e, desde então, não sai mais para jantar com os amigos.
- (2) O menino tem tanto medo de injeção, que já *dispara a gritar* só de ver alguém vestido de branco.
- (3) Alguém *chegou a falar* pessoalmente com o homenageado, para confirmar sua presença no evento?
- (4) Com a mudança de estação, a criançada *deu para adoecer* e quase todos os dias é um que perde aula.
- (5) O melhor é se vacinar e se prevenir; afinal, não *dá para adoecer* todo dia, não é mesmo?
- (6) Os convidados *estão para chegar* a qualquer momento.
- (7) *Acabei de ler* o livro que o professor recomendou.
- (8) a. Ninguém *tem de assumir* a culpa só para poupá-lo da punição.
b. Ninguém *tem que assumir* a culpa só para poupá-lo da punição.
- (9) Seu quarto *ficou por arrumar* a semana toda; hoje você precisa dar um jeito nele.

² No escopo deste trabalho, o processo de gramaticalização que envolve a formação de auxiliares é concebido nos termos de Kurylowicz (1965, p.52): “Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status.”

A análise das construções destacadas nos contextos de (1) a (9) revela que o rol das preposições que ocorrem nas construções de verbo auxiliar contemporâneas, tal como pudemos constatar a partir da análise dos 802 dados coletados diacronicamente, restringe-se a quatro formas: A, DE, PARA e POR. Desse quarteto, a mais produtiva em *corpus* é a preposição DE (93,7%), seguida das preposições A (3,8%), PARA (2,2%) e POR (0,3%). Esse conjunto compõe-se dos exemplares mais emblemáticos da categoria, excetuando-se apenas a preposição EM, registrada por Travaglia (1985, p.217) como um expediente linguístico adotado pelo falante para “indicar algo ainda não realizado”, mas para o qual manifesta “disposição ou intenção”:

- (10) “Meu irmão *esteve em pedir-lhe* o terno emprestado, mas ficou com vergonha de fazê-lo”. (TRAVAGLIA, 1985, p.218)

A despeito de o autor defender que a construção [ESTAR + EM + INFINITIVO] não é uma forma variante da construção [ESTAR + POR + INFINITIVO³], conforme propõe Dias (1970), entendemos que se trata sim de formas variantes e avaliamos que também a construção [ESTAR + PARA + INFINITIVO] integra, no contexto apresentado pelo autor, o conjunto das variantes linguísticas que se prestam a marcar a iminência da ação expressa pela forma nominal de infinitivo; uma noção temporal, portanto, já que, ao contrário do aspecto, tem ancoramento dêitico. Na esteira ainda das construções de incidência indireta que têm por auxiliar um verbo relacional (ou de ligação, nos termos tradicionais), identificamos aquelas formadas por [FICAR + POR + INFINITIVO], que marcam o aspecto durativo, tal como exemplificado em (9). Na visão de Travaglia (1985, p.242),

[...] quando não se especifica de alguma forma, na frase ou no contexto, o período de permanência na situação, temos a implicação lógica de que o que “ficou ou ficará por fazer” “estava ou está por fazer”. Esta implicação leva a interpretar o verbo “ficar” como equivalente a “continuar”, o que pode nos levar a uma análise aspectual semelhante à que temos para “continuar + por + fazer”.

Identificadas as quatro preposições passíveis de ocorrer nas construções de que nos ocupamos, passemos à nossa segunda questão, cuja resposta compreende a codificação de três categorias funcionais – tempo, aspecto e modalidade –, conforme descrevemos na próxima seção.

³ Nos dizeres de Travaglia (1985, p.302), “[...] a preposição **por** ao lado do infinitivo é a principal, senão a única responsável pela expressão do aspecto não-começado no Português: (1370) Ainda há vários espécimes **por catalogar**.”

Correlação entre liame preposicional e codificação funcional da construção

Os enunciados de (1) a (9) indicam que a funcionalidade distinta das construções de verbo auxiliar não é condicionada exclusivamente pelo tipo de liame preposicional que figura no composto, já que uma mesma preposição pode integrar construções com funcionalidades distintas. Importante observar, contudo, que o fato de a funcionalidade da construção emergir do composto não implica que não haja especialização de funções entre os quatro conectivos preposicionais passíveis de ocorrer nesse contexto. A preposição *A*, por exemplo, apesar de produtiva nesse ambiente sintático, não figura em construções de verbo auxiliar que codificam temporalidade nem modalidade. Mostrou-se, no entanto, a preposição mais produtiva nas construções aspectuais, sobretudo inceptivas (cf. 1) e durativas (cf. 2). No entendimento de Travaglia (1985, p.301), “[...] a preposição *A*, quando utilizada com o infinitivo, parece ser a responsável pelos aspectos imperfectivo, cursivo, não-acabado e durativo.” Além disso, segundo observa o autor, a retirada da preposição em uma construção ou mesmo sua substituição por outra interfere significativamente na expressão do aspecto, o que parece prenunciar o papel preponderante dessa classe na codificação da categoria aspectual⁴, conforme ilustrado abaixo, a partir de alguns dados extraídos da obra do linguista ora referenciado (TRAVAGLIA, 1985, p.301-302):

- (11) a. “Vou **a ler** o livro pelo caminho”. (imperfectivo, cursivo, não-acabado, durativo)
b. “**Vou ler** o livro pelo caminho”. (futuro)
- (12) a. “Vou **a perguntar** por meu filho”. (imperfectivo, não-acabado, iterativo)
b. “**Vou perguntar** por meu filho”. (futuro)
- (13) a. **Acabou de comprar** um vestido simples. (terminativo)
b. **Acabou por comprar** um vestido simples. (resultado final ou consequência; a noção aspectual perfectiva é denotada pelo pretérito perfeito)

A análise comparativa dos contextos de (13) com aqueles de (11) e de (12) faz pressupor que algumas preposições têm a propriedade de codificar aspecto, enquanto outras não o fazem. Assim, se as preposições *A* e *DE* são determinantes para a marcação aspectual, dado que sua supressão no contexto da construção anula a expressão dessa categoria semântica, conforme ilustrado em (11) e em (12), o mesmo não se poderia dizer da preposição *POR*, uma vez que, no entendimento de Travaglia (1985), a noção aspectual da construção de que ela participa decorre da desinência modo-temporal do auxiliar. Visão semelhante tem João de Almeida (1980, p.28), para quem “[...] a perífrase [*acabam por fugir*] não traduz exatamente duração, mas um resultado, uma

⁴ O papel preponderante da preposição na codificação de funções gramaticais pode ser ainda atestado por construções com o auxiliar *deixar*, por exemplo, em que, somada aos traços [\pm correferencialidade do sujeito], a presença da preposição codifica uma noção semântica de cessamento (*Deixei de comer* o doce) enquanto sua ausência resulta numa construção causativa (*Deixei-o comer* o doce).

consequência do que antes deve ter sido ventilado.” A pressuposição de que nem toda preposição que ocorre no contexto de auxiliacão tem potencial para codificar aspecto evidentemente se confirma em se tratando da conotação do aspecto de fases, mas não de outras noções aspectuais, conforme passamos a analisar. Barroso (1994), que descreve exaustivamente a categoria aspectual na língua portuguesa contemporânea separando-a em sete subcategorias, considera que (13.b.) codifica um *aspecto de colocação*. No entendimento desse estudioso do português europeu,

[...] esta categoria aspectual [...] assinala a relação de uma acção com outra (ou outras) acção(ões) do contexto.

[...]

A colocação compreende três subcategorias e todas representadas perifrásticamente na norma linguística portuguesa contemporânea, a saber: 1. alinhamento (ou ordem), 2. disposição resultante e 3. demarcação. (BARROSO, 1994, p.137).

A construção destacada em (13.b.) corresponderia, na categorização de Barroso (1994), à subcategoria aspectual de alinhamento (ou ordem), de acordo com cujo princípio

[...] uma acção pode alinhar-se no seu começo, no meio, ou no seu termo. Em português, porém, só o ‘alinhamento’ da acção verbal no seu começo [...] e no seu termo [...] se encontra realizado perifrásticamente. Os significantes (= perífrases) que expressam este(s) valor(es) aspectual(ais) na norma linguística portuguesa são **começar + por + infinitivo** (ou **começar + gerúndio**), para o começo; **acabar + por + infinitivo** (ou **acabar + gerúndio**) e **terminar + por + infinitivo** (ou **terminar + gerúndio**), para o fim. (BARROSO, 1994, p.137-138).

Vê-se, pois, que o comportamento da preposição POR em (13) é bem semelhante ao das preposições A e DE, nos contextos (11) e (12), já que estas igualmente podem se alternar com a forma nominal de gerúndio, conforme descrito por Barroso (1994) e também registrado por João de Almeida (1980), o que nos motiva a assumir que as três preposições podem concorrer para a codificação do aspecto. Considerando-se, contudo, que os processos de gramaticalização envolvem necessariamente especialização de funções (Cf. HOPPER, 1971), é possível entender por que algumas formas são mais salientes que outras em determinados usos, como parece ser o caso de A e de DE em relação a POR nos contextos ora descritos. Ademais, mesmo em se tratando de formas que denotam uma mesma fase, notam-se matizes semânticos distintos advindos tanto do grau de coesão das formas, quanto do sentido originário do auxiliar ou ainda da própria semântica da preposição integrante da construção, conforme se observa nos enunciados a seguir, extraídos de João de Almeida (1980, p.44):

- (14) “[...] e como se tivesse explicações a dar-me *começou por dizer* que se chamava Kraus [...]”.
- (15) “E os filhos já *começaram a reproduzir* o gesto hereditário”.
- (16) “Agora sim, *começará* o nosso telégrafo *a trabalhar*”.

Em face dos referidos exemplos, esse autor pondera que

[...] se a inceptividade é comum às duas construções, ela se expressa em cada uma com propósitos diferentes. [...] Há que, especificamente, observar a maior integração entre os elementos constitutivos da perífrase com a preposição *a*, enquanto que a preposição *por* se configura como um obstáculo entre a dinâmica do auxiliar e a do infinitivo, pondo em relevo a noção de dificuldade. (ALMEIDA, 1980, p.43).

A interpretação de João de Almeida (1980) encontra seu eco na categorização proposta por Barroso (1994), que concebe a construção [COMEÇAR + POR + INFINITIVO] como um mecanismo que permite ao falante estabelecer um alinhamento ou ordenação de ações em relação à sua cronologia. No caso do enunciado (14), embora devesse outras explicações ao enunciador, o personagem começou dizendo-lhe seu nome, talvez por considerar essa ação a mais simples e compreensível do conjunto daquelas que lhe competia explicar.

Nas construções de (15) e de (16), não se nota, por parte do enunciador, qualquer intenção de alinhamento de ações, mas tão somente uma referência fundamental à fase inicial do processo verbal expresso pela forma nominal de infinitivo, sem qualquer preocupação com seus estágios posteriores. Casos há, contudo, em que a preposição *A* integra também construções que conotam mais de uma noção aspectual, sendo uma delas ligada à inceptividade e a outra, à intensidade gradativa do evento, que culmina na sua iteração:

- (17) Desde que *pegou a andar* em más companhias, o adolescente não se relaciona mais tão bem com os pais.
- (18) Maria ficou bêbada e *destampou a falar* palavrões, constrangendo a todos.
- (19) O homem ficou nervoso e *garrou a xingar* todos que se aproximavam dele.
- (20) De repente, o homem *danou a jogar pedras* na multidão.

Todas as construções destacadas acima codificam mais de uma noção aspectual, a saber, a fase inicial do evento expresso pela forma nominal de infinitivo – que foi desencadeada por uma mudança de estado (incoação) –, sua duração e conseqüente reiteração por um intervalo de tempo. A diferença dessas construções em relação às aquelas ilustradas em (15) e em (16), que marcam apenas a inceptividade, reside prioritariamente na natureza lexical do auxiliar, mais esvaziado semanticamente em um grupo de construções que no outro. De acordo com João de Almeida (1980,

p.42), há que se distinguir “dois grupos de expressões perifrásticas” inceptivas no português, a saber:

- 1º) o das perífrases em que a idéia inceptiva parte do próprio auxiliar;
- 2º) o de perífrases em que, diminuído o auxiliar de significação léxica, em favor da significação gramatical, a idéia inceptiva parte do conjunto “auxiliar, preposição e infinitivo” (ALMEIDA, 1980, p.42).

A partir da generalização de João de Almeida (1980) acerca da diferença de carga semântica do auxiliar – o que indicia, sem dúvida, graus distintos de gramaticalização entre os dois grupos de construções – e das especificidades identificadas entre eles na codificação da função aspectual, é possível inferir que as perífrases do primeiro grupo estão menos gramaticalizadas que as do segundo, o que pode ser atestado tanto pela possibilidade de inserção do SN [nosso telégrafo] entre o auxiliar e o infinitivo em (16), quanto pela sobreposição de funções gramaticais relativas à codificação de mais de uma noção aspectual nas construções de (17) a (20), que traduzem, para além do aspecto de fases, o aspecto de extensão⁵.

Semelhante comportamento funcional pôde ser observado na construção [DAR + PARA + INFINITIVO], que, além do esvaziamento semântico do auxiliar, partilha com as construções destacadas nos enunciados de (17) a (20) a propriedade de condensar mais de uma conotação aspectual, conforme ilustrado em (04), aqui repetido sob nova numeração apenas para maior comodidade do leitor, e ainda nos enunciados (22) e (23), seguintes:

- (21) Com a mudança de estação, a criançada *deu para adoecer* e quase todos os dias é um que perde aula.
- (22) Joaquim *deu para beber* depois que perdeu o emprego.
- (23) Alguns funcionários *deram para reclamar* da obrigatoriedade do ponto eletrônico.

Considerando-se que, desde o latim, as preposições A e PARA são formas concorrentes para traduzir direção ou movimento, é previsível que ambos os vocábulos, ao integrarem as construções de verbo auxiliar, apresentem tanto alguma semelhança funcional, quanto alguma especialização, o que se confirma empiricamente, conforme demonstramos. Tal ocorrência evidencia, segundo nossa interpretação, que existem especializações das preposições para determinadas funções, o que provavelmente

⁵ João de Almeida (1980, p.39-40) propõe dividir a categoria de aspecto em dois tipos básicos: (i) *aspecto lato sensu*, que congrega a dualidade perfectivo/imperfectivo, e (ii) *aspecto stricto sensu*, “[...] que fundamentalmente se caracteriza pelas noções de inceptividade, de cursividade, de terminação, de pontualidade, de duração, de iteração e de globalidade. E estas noções podem opor-se em dois grupos distintos, que por comodidade chamaremos de ‘aspectos de fase’ e ‘aspectos de extensão’. No primeiro grupo, incluímos a inceptividade, a cursividade, a terminação; no segundo, a duração, a pontualidade e a iteração, representando a globalidade a neutralização da oposição ‘durativo-pontual’.”

decorre tanto de especificidades semântico-cognitivas das formas que são ou não preservadas no curso de seu processo de gramaticalização na língua, quanto de sua história diacrônica cujos traços determinam a concorrência entre algumas formas em determinados contextos de uso⁶. Nesse sentido, nossa análise indicou que, enquanto a preposição A pode se combinar tanto com auxiliares que ainda preservam seu valor semântico original (Cf. (15) e (16)) quanto com aqueles que dele se esvaziaram (Cf. (17) a (20)), resultando dessa combinação funcionalidades distintas quanto à codificação estrita do aspecto de fases ou da conjunção do aspecto de fases com o de extensão, a preposição PARA apenas se combina com auxiliares que, no curso do processo de gramaticalização, esvaziaram-se de seu valor semântico original (Cf. (21) a (23)), conotando, desse modo, mais de uma noção aspectual⁷. Essa restrição sugere que a preposição PARA carrega mais traços semânticos que a preposição A, hipótese que se fundamenta na tese da erosão fonética, nos termos de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), e no parâmetro da integridade paradigmática proposto por Lehmann (1995).

Outra preposição identificada no contexto sintático das construções que têm o verbo DAR como auxiliar foi DE:

- (24) Desde que descobriu a verdade sobre sua origem, a jovem *deu de ficar* triste pelos cantos.
- (25) De uns tempos para cá, minha mãe *deu de falar* sozinha.
- (26) Ele agora *deu de ficar enviando* flores para a namorada; deve estar apaixonado.

Segundo nossa análise, a construção [DAR + DE + INFINITIVO] é uma variante da construção [DAR + PARA + INFINITIVO], já que o intercâmbio de uma forma pela outra não acarreta, nesses contextos, alteração do valor de verdade dos enunciados. Ademais, tais construções parecem estar também em processo de variação linguística com aquela destacada em (26), em que a forma nominal de infinitivo é substituída pelo auxiliar *ficar* + *gerúndio*, expediente que parece consistir numa tentativa de reforçar a codificação do aspecto de extensão, conforme ilustram estes dados:

- (25) a. De uns tempos para cá, minha mãe *deu de falar* sozinha.
- b. De uns tempos para cá, minha mãe *deu para falar* sozinha.
- c. De uns tempos para cá, minha mãe *deu de ficar falando* sozinha.
- d. De uns tempos para cá, minha mãe *deu para ficar falando* sozinha.

Uma idiossincrasia foi ainda identificada em se tratando da construção [DAR + PARA + INFINITIVO]. É que, nessa construção em específico, a multifuncionalidade

⁶ Segundo nos informa Said Ali (1966 [1921], p.211), “[...] usa-se [a preposição *a*] em latim para enunciar o conceito de direção ou movimento para algum ponto, de aproximação e final junção de uma coisa a outra. Êste mesmo sentido vive ainda em nossa preposição *a*, apesar da concorrência de *para*, que lhe cerceia por vezes o emprego.”

⁷ No entendimento de Almeida (1980, p.68), essa “[...] perífrase verbal oferece uma interpretação a favor da inceptividade e da iteração, naturalmente com a nuance de capricho ou de mania ou de atitude estranha ou fora do comum.”

não é apenas da preposição, mas de todo o conjunto, que, além de codificar aspecto, pode denotar também modalidade, conforme ilustrado em (04) e nos seguintes contextos:

- (27) Não dá mais *para acreditar* em mudanças.
(28) Hoje não *deu para ir* ao banco; farei isso amanhã.
(29) Será que dá *para fingir* que não aconteceu nada?

As construções destacadas nesses contextos denotam modalidade epistêmica, uma vez que exprimem a atitude do enunciador no que diz respeito ao valor de (im) possibilidade que imputa ao conteúdo proposicional de seu enunciado⁸. Existe, contudo, uma diferença sintática relativa à seleção do sujeito entre essas duas construções aparentemente iguais do ponto de vista da forma: enquanto a construção aspectual (Cf. (30)) requer um sujeito determinado, a construção modal (Cf. (31)) demanda um sujeito indeterminado:

- (30) Aquele menino *deu p(a)ra comer* doce no café da manhã.
(31) Não dá *p(a)ra comer* doce no café da manhã!

Segundo demonstramos, a preposição PARA só participa da codificação da modalidade em construções com o auxiliar DAR e, ainda assim, quando o sujeito é indeterminado⁹. Trata-se, pois, de uma restrição contextual bastante específica, que se replica com o auxiliar ESTAR, conforme exemplo (06) – aqui repetido para mera comodidade do leitor –, em que a construção [ESTAR + PARA + INFINITIVO] codifica uma noção temporal de futuro próximo, que se traduz na iminência da ação expressa pela forma nominal de infinitivo:

- (06) Os convidados *estão para chegar* a qualquer momento.

No tocante ainda à multifuncionalidade e à especialização funcional das preposições, os dados analisados revelaram que a preposição mais produtiva na língua portuguesa para a codificação da modalidade é DE, já identificada nessa função desde o século XV, segundo atestam estas ocorrências de nosso *corpus* extraídas do banco de dados Tycho Brahe (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>):

⁸ Pode-se admitir também que tais construções codificam uma modalidade orientada para o agente, no sentido de que evocam a possibilidade de condições internas ou externas ao agente estarem atuando sobre a ação expressa pelo predicado principal. Semelhante ambiguidade não é, contudo, um problema, já que, segundo Bybee, Perkins and Pagliuca (1994, p.195), “[...] *the fact that some of the English modal auxiliaries have both agente-oriented or root meanings and epistemic ones is well known [...] It is clear that the epistemic senses develop later than, and out of, the agent-oriented senses.*”

⁹ A possibilidade de essa construção não conotar aspecto quando combinada com sujeito determinado restringe-se a casos em que este é empregado metaforicamente e não é dotado do papel semântico de agente, denotando antes uma ideia de (in)suficiência, como em *O tempo não deu para fazer tudo o que pretendíamos*, por exemplo.

- (32) “E Brás *há de endoudecer* pois Deus não *há de querer* que eu nada faça de mim.” (Gil Vicente, séc. XV)
- (33) “Mas porque a mãe sabe o fim que *hão de dar* a esta criança, muitas vezes, quando se sente prenhe, mata-a dentro da barriga [...]” (Pero Magalhães de Gândavo, séc. XVI)
- (34) “De onde *havemos de tirar* êste dinheiro, estes navios, esta gente de mar guerra que *havemos de dar* a França todos os anos?” (Cartas do Padre Antônio Vieira, séc. XVII)
- (35) “Mas parece-me que algumas scenas *tem de ganhar* muito em ser abreviadas [...]” (Cartas de Almeida Garret, séc. XVIII)
- (36) “*Tenho de fazer* reparos urgentes no sobrado deste engenho.” (Cartas brasileiras, séc. XIX/XX)

Antes de procedermos à análise das construções modais destacadas nos contextos acima, convém registrar que, diacronicamente, tais construções são majoritariamente mais produtivas que as aspectuais. Além disso, as construções de auxiliares modais de incidência indireta na língua portuguesa são constituídas prioritariamente pelos auxiliares HAVER e TER¹⁰, já que a outra possibilidade, a construção [DAR + PARA + INFINITIVO], é bem menos produtiva, talvez por conotar também aspecto, observadas as restrições já discutidas. Ao tratar das perífrases modais, mais especificamente daquelas formadas por [HAVER + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO], João de Almeida (1980, p.142) avalia que

[...] das diversas perífrases existentes na língua, para a expressão da obrigatoriedade, esta é a que revela maior número de traços sêmicos, e, conseqüentemente, maior extensão de uso. Presta-se a uma maior participação subjetiva no processo de obrigação do sujeito falante, em razão do que facilmente se liga a outras atitudes morais que não a de obrigatoriedade, tais como a de volição ou desejo, a de possibilidade, a de esforço e mesmo a de ordem ou pedido.

A referida extensão de usos da construção [HAVER + DE + INFINITIVO] pode ser atestada historicamente pelos contextos de (32) a (34), em que seu uso pode assumir desde um caráter de imprecisão ou de convicção (Cf. (32)) até de obrigação moral (Cf. (34)). A construção [TER + DE + INFINITIVO], por sua vez,

[...] serve fundamentalmente à expressão da necessidade, ou melhor, da obrigação material e da obrigação lógica, aparecendo menos como expressão da obrigação moral. Representando [...] uma obrigação externa,

¹⁰ No espanhol, tais perífrases incluem o verbo *deber*, que pode figurar em construções de modalidade tanto em contextos sintáticos de incidência direta, isto é, seguido apenas de infinitivo <*deber* + infinitivo>, quanto em contexto de incidência indireta, isto é, seguido de preposição <*deber de* + infinitivo> (Cf. BOSQUE; DEMONTE, 1999).

denuncia de certa forma um caráter passivo e corresponde à locução *ser obrigado a*. Pode ainda, tendo o envolvimento da noção do inevitável, corresponder a *ser destinado a*. (ALMEIDA, J., 1980, p.148).

Se a expressão da necessidade se faz de modo absoluto no contexto de (36), o mesmo não se pode afirmar da construção destacada em (35) cujo sentido parece denotar mais uma possibilidade de ganho em face da abreviação de algumas cenas que uma obrigação lógica propriamente dita. Essa extensão de valores modais decorre, muito provavelmente, do estágio de gramaticalização das formas. Nossa análise dos dados diacrônicos coletados no *Corpus Tycho Brahe* sugere que o processo de gramaticalização do verbo TER em auxiliar modal está correlacionado ao processo de gramaticalização do verbo HAVER como marcador de futuro. Tratar-se-ia, pois, de uma mudança encaixada por meio da qual cada auxiliar teria se especializado, no curso da história da língua, na marcação de um tipo específico de modalidade, embora diacronicamente nem sempre tais funções estivessem tão nitidamente demarcadas. A análise dos dados acima mostra, por exemplo, que (33) e (34) são contextos de ambiguidade em que tanto uma leitura temporal de futuro quanto uma leitura modal epistêmica (Cf. (33)) ou deôntica (Cf. (34)) são igualmente legítimas¹¹. Além disso, a análise diacrônica empreendida faz pressupor que o contexto de reanálise da construção cujo auxiliar é o verbo *ter* seja aquele em que seu complemento verbal era um nome transitivo que, anteposto ao verbo numa oração relativa, selecionava como complemento o sintagma [DE + INFINITIVO], conforme ilustram estes dados:

- (37) “Parêçe que menos autoridades bastávam pera os hómens sentirem quanta **obrigaçám** *tem de ensinár* a doutrina de Cristo” (séc. XV)
- (38) “[...] inda que do **desejo** que *tenho de servir* aVossa Mercê” (séc. XVII)
- (39) “[...] conheço a **obrigaçáo** que todos *temos de empenhar* o sangue nesta ocasião.” (séc. XVII)

Valendo-nos do recurso, nem sempre seguro, de interpretar o presente à luz do passado, parece ser possível inferir que, à medida que o conteúdo ilocucionário do nome foi incorporado à construção, o complemento do verbo *ter* elidiu-se por redundante e o então verbo lexical foi reanalisado como verbo auxiliar. Segundo se percebe pelo conteúdo nocional dos nomes a que o sintagma [DE + INFINITIVO] serve de complemento, num primeiro momento, podia se tratar tanto de modalidade deôntica quanto epistêmica, conforme ilustram os dados de (35) e de (36). Com o avançar do

¹¹ Também no espanhol existem, ainda hoje, contextos de ambiguidade e, conforme Bosque e Demonte (1999, p.3338), a classificação das perífrases nesta língua não pode ser feita de modo estanque. “*Sobre esta clasificación conviene decir en primer lugar que algunas perífrasis podrían aparecer en más de un apartado, como veremos. Así, < ir a + infinitivo > es unas veces aspectual y otras modal o temporal, y < haber de + infinitivo > manifiesta unas veces carácter temporal de futuro y otras un valor modal obligatorio. En segundo lugar, no tenemos perífrasis temporales propriamente dichas, aunque < haber de + infinitivo > e < ir a + infinitivo > presentan, a veces, este carácter modal o aspectual, lo que confirma que las nociones de aspecto, tiempo y modo no siempre tiene límites nitidos.*”

processo de gramaticalização dos auxiliares HAVER e TER, que há muito são formas concorrentes na língua, houve uma especialização de usos: a construção [HAVER + DE + INFINITIVO] passou a traduzir o desejo de que algo se efetive, enquanto a construção [TER + DE + INFINITIVO] consolidou-se para marcar uma imposição. Segundo Said Ali (2008, p.142), “[...] esta segunda forma tem sobre a primeira a vantagem de exprimir com mais precisão a necessidade imperiosa, o ato a praticar independente da vontade. É contudo (*sic*) esta aplicação do verbo *ter* um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá.” A despeito de esse estudioso da história da língua portuguesa considerar que a origem de tal neologismo não é clara, podendo “[...] parecer que viesse do costume de omitir um nome que a inteligência sem custo completaria, v. g. (*obrigação*) *tenho de ir*. Explicação muito simples, porém sem fatos que a confirmem.” (SAID ALI, 2008, p.142), avaliamos que os dados dispostos de (37) a (39) são fontes comprobatórias da etimologia que propusemos, a qual encontra também respaldo nestes dizeres de João de Almeida (1980, p.151): “[...] parece-nos cabível entrever aí a construção primitiva da perífrase, a face anterior ao processo de sua gramaticalização, que naturalmente só poderia ter acontecido depois da elipse do substantivo, que deixou à expressão perifrástica o seu conteúdo semântico.”

Embora não tenhamos identificado tal concorrência nos dados diacrônicos coletados em *corpus*, é sabido que, na contemporaneidade, a preposição DE tende a concorrer de modo muito produtivo com o conectivo QUE em construções de verbo auxiliar de modalidade, sobretudo quando o auxiliar é o verbo *ter*, conforme ilustrado em (8), aqui renumerado:

- (40) a. Ninguém *tem de assumir* a culpa só para poupá-lo da punição.
 b. Ninguém *tem que assumir* a culpa só para poupá-lo da punição.

Semelhante concorrência é igualmente fecunda no espanhol e, tal como no português, também só ocorre com os auxiliares *haber* e *tener*. Segundo Bosque e Demonte (1999, p.3338),

[...] *las [perífrasis] modales sólo presentan dos casos con preposición (<haber de + infinitivo> y <deber de + infinitivo>). El nexos conjuntivo que de <{tener que/haber que} + infinitivo> parece proceder del relativo que a través de secuencias como **Tengo cosas que hacer** > **Tengo que hacer (cosas)**, **Hay cosas que hacer** > **Hay que hacer (cosas)**.*

Parece ser esse também o entendimento da maioria de nossos gramáticos acerca da origem da construção [TER + QUE + INFINITIVO] na língua portuguesa, embora muitos normativistas, entre os quais Napoleão Mendes de Almeida (1969, p.226), não acreditem que ambas as formas traduzam o mesmo valor de verdade, prescrevendo contextos específicos de uso para cada uma:

[...] quando o segundo verbo fôr intransitivo ou, ainda, quando não houver nenhum antecedente, nem expreso nem oculto, será melhor empregar *de*, porquanto a idéia é sempre de necessidade, de obrigatoriedade. Observemos a correção de Vieira: “... para se conhecerem os amigos, haviam os homens *de* morrer primeiro e daí a algum tempo ressuscitar”. *Haviam* está aí empregado por *tinham*, mas, como o segundo verbo é intransitivo (*morrer*), emprega Vieira, com a meticulosidade de quem muito conhece o idioma, a preposição *de* em vez do pronome *que*, ao qual nenhuma função caberia na frase.

Essa não é, contudo, nossa compreensão do fato linguístico, pois, endossando os dizeres de João de Almeida (1980, p.152), julgamos que, “[...] em que pese o valor de tão autorizadas opiniões, a verdade é que o levantamento que fizemos [...] não nos permitiria de modo algum negar à expressão *ter que + infinitivo* o mesmo valor perifrástico reconhecido em *ter de + infinitivo*.” Ademais,

[...] pouco vale argumentar com a função mais comum do *que* como pronome relativo ou conjunção. Na perífrase de obrigação o *que* continua a ser um conectivo subordinativo, mas caracteristicamente como preposição, representando mais um deslocamento próprio da língua, de um sistema em movimento, igualmente ao que já ocorreu com *durante*, *mediante*, *mal*, etc.

A oposição *ter de/ ter que* oferece, assim, ao falante da língua, para a expressão modal da obrigação, um recurso bastante expressivo com base na diversidade do ponto de articulação do fonema /d/, oclusiva dental, face a /k/, oclusiva velar. (ALMEIDA, J., 1980, p.152).

Além de participar muito produtivamente da codificação da modalidade em construções de verbo auxiliar, conforme ora descrito, a preposição DE também atua em construções aspectuais, essencialmente naquelas que denotam o aspecto terminativo, aos moldes do que se exemplificou em (7), aqui reproduzido sob nova numeração:

(41) *Acabei de ler* o livro que o professor recomendou.

O aspecto terminativo, segundo Castilho (2010, p.423), é uma subclasse do imperfeito¹² – face qualitativa da categoria aspectual –, que “assinala os momentos finais de uma duração, o que só é possível em perífrases de *acabar de/por*¹³, *cessar*

¹² Essa não é, contudo, a visão de Travaglia (1985), que justifica sua escolha argumentando que se trata de níveis distintos de representação do evento, dado que a noção de terminativo se refere a uma de suas fases (final), enquanto a noção de imperfetividade diz respeito a seu (não) completamento.

¹³ Tal como já discutido, estamos assumindo, assim como Barroso (1994), que a construção [*acabar + por + infinitivo*] denota não um aspecto de fase (terminativo), como propõem Castilho (*op. cit.*) e Travaglia (1985), mas um aspecto de

de, deixar de, terminar de + infinitivo”. Infere-se das palavras de Castilho (2010) que a construção [ACABAR + DE + INFINITIVO] é multifuncional, na medida em que denota tanto uma ideia temporal de passado recente, quanto uma noção aspectual, relacionada à fase final de um evento.^{14 15} Essa imbricação de categorias evidencia a complexidade do domínio funcional da categoria TAM, tal como proposto por Givón (1984, 1995), da qual, não raro, decorre a impossibilidade de se estabelecerem fronteiras claras e precisas entre tempo, aspecto e modo, nas diversas línguas, entre as quais aquelas do tronco românico.

Ao estudar o aspecto terminativo codificado por meio de verbos auxiliares no português brasileiro, Bertucci (2010) correlacionou as restrições de combinação de alguns auxiliares terminativos, a saber, *acabar*, *parar* e *terminar*, com as classes acionais (Cf. VENDLER, 1967) do verbo flexionado no infinitivo. Segundo observou, esses auxiliares só se combinam com verbos de evento: *parar* se combina com verbos de atividade e de *accomplishments*, enquanto *terminar* forma construções gramaticais apenas com verbos de *accomplishments*. Conforme especulou, “[...] essa maior restrição de *terminar* em relação a *parar* pode estar acontecendo porque *terminar* carrega a ideia de fim, de término propriamente dito de algum processo e *parar*, uma ideia de interrupção, que pode ser o fim ou não, por isso pode operar sobre atividades.¹⁶” (BERTUCCI, 2010, p.50). No que toca ao V1 de nosso exemplo (41), a descrição empreendida por Bertucchi (2010) demonstrou que, como auxiliar temporal, *acabar* combina-se com todos os tipos de eventos (atividade, *achievements* e *accomplishments*), mas que, numa leitura aspectual, ele se comporta como o verbo *terminar*, combinando-se exclusivamente com verbos de *accomplishments*, o que, de certo modo, é previsível, considerando-se o valor semântico original dessas formas verbais e a natureza dos verbos de *accomplishments*. Dada a similaridade de comportamento entre os auxiliares *terminar* e *acabar* e a especificidade de *parar*, que admite combinar-se também com verbos de atividade, entendemos que tais auxiliares não integram a mesma classe e, por conseguinte, as construções de que participam também codificam noções distintas.

colocação, mais especificamente, relativo à ordenação das ações no eixo temporal interno.

¹⁴ No entendimento de Travaglia (2004, p.37-38), “[...] o verbo acabar (+ de + infinitivo) expressa o tempo passado recente e um pouco por implicação expressa também o aspecto acabado, mas não como um marcador já especializado neste valor. [...] Ainda com referência à especialização observamos que o verbo acabar teria vários concorrentes em sua função de marcar aspecto acabado (terminar, cessar de, parar de, deixar de, findar, finalizar, largar de). Na pesquisa feita, estudamos sistematicamente dois deles: deixar e terminar e constatamos que “terminar” está perdendo força no paradigma, tanto que ocorre com uma frequência muito baixa no corpus (3,52% das ocorrências dos verbos em estudo) e “deixar” parece estar atuando na indicação de outros valores e está num estágio menos avançado de gramaticalização.”

¹⁵ A construção [ACABAR + DE + INFINITIVO] também é multifuncional no espanhol e apresenta algumas restrições formais, segundo seu emprego seja temporal ou aspectual. De acordo com Bosque e Demonte (1999, p.3334), “*asimismo, <acabar de + infinitivo> con el significado ‘puntual’ de pasado reciente se comporta de manera distinta de como lo hace con el significado ‘terminativo’ [...] ya que sólo en el segundo caso cabe la elinación del infinitivo y, además, sólo en el primer caso es posible la repetición del verbo acabar en la misma construcción, y la combinación de acabar (auxiliar) con terminar (auxiliado).*”

¹⁶ Verbos de atividade denotam eventos que duram certo tempo, mas que, ao contrário dos verbos de *accomplishments*, não requerem um ponto final.

Estamos propondo, pois, que construções formadas com o auxiliar *parar* e com outros semanticamente correlatos, como *deixar* e *largar*, por exemplo, não codificam o aspecto terminativo propriamente dito, mas traduzem uma noção semântica de cessamento que, tal como vislumbrara Bertucci (2010), ancorada na ideia de interrupção expressa por seu conteúdo nocional, denota uma “[...] mistura de tempo e aspecto: na medida em que estabelece um contraste entre **ontem** (ou **antes**) e **agora** (momento da enunciação) é temporal; na medida em que indica que a situação é **acabada** é aspectual.” (TRAVAGLIA, 1985, p.69), tal como se percebe nos contextos a seguir:

- (42) Com a chegada do inverno, *parei de correr* às 6h.
- (43) “[...] o *deixei de fazer* por me sobrevirem dores de cabeça com que não podia escrever sem grande moléstia” (séc. XVII).
- (44) Cansado de ser reprovado em entrevistas, *larguei de procurar* emprego e decidi abrir meu próprio negócio.

Convém observar que, contrariamente ao que ocorre nas construções de verbo auxiliar modais, em se tratando da codificação de noções aspectuais, a preposição DE só ocorre em construções de auxiliares que ainda preservam seu valor semântico original e que a expressão do aspecto terminativo se restringe àqueles auxiliares que carregam, em seu conteúdo lexical, a noção de término, o que veta a concomitância com verbos de atividade.

Considerando-se a complexidade da descrição empreendida, parece-nos não apenas legítimo, como também oportuno, sobretudo do ponto de vista didático, antes de avançarmos na análise da terceira questão que formulamos, sistematizar as generalizações aqui alcançadas acerca de nossa segunda inquirição: existe especificidade de função correlacionada ao tipo de liame preposicional ou as mesmas preposições participam da codificação de funcionalidades distintas? Nossa análise demonstrou que, embora uma mesma preposição possa participar da codificação de mais de uma funcionalidade, havendo, inclusive, mais de uma preposição participando da codificação de uma mesma função, existem especializações relativas a cada uma delas, conforme sumarizado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Correlação entre liame preposicional e funcionalidade nas construções de verbo auxiliar do português

Preposição	Funcionalidade de cuja codificação participa
A	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aspecto de fase</i> (inceptivo): combinada com auxiliares que preservam seu significado original: <i>começar a chorar; principiar a correr...</i> • <i>Aspecto de fase</i> (inceptivo) + <i>aspecto de extensão</i> (duração e iteração): combinada com auxiliares esvaziados semanticamente de seu significado original: <i>pegou a chorar; disparou a gritar; danou a mentir...</i> • <i>Aspecto de extensão</i> (durativo): produtiva no português europeu, mas não no brasileiro cuja preferência é pela forma nominal de gerúndio: <i>fiquei a pensar (= fiquei pensando)</i> Sua produtividade é maior na segunda função
DE	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aspecto de fase</i> (terminativo): combinada com auxiliares que preservam seu significado original e com verbos de <i>accomplishments</i>: <i>terminar de ler o livro; acabar de comprar o carro...</i> • <i>Noção semântica de cessamento</i>: combinada com auxiliares que preservam seu significado original e com verbos de atividade: <i>parar de nadar; deixar de caminhar...</i> • <i>Aspecto de fase</i> (inceptivo) + <i>aspecto de extensão</i> (duração e iteração): combinada com o auxiliar <i>dar</i> com sujeito determinado, contexto em que concorre com PARA: <i>a criança deu de/para ter medo de escuro...</i> • Modalidade: combinada com auxiliares esvaziados semanticamente, contexto em que concorre com QUE, na expressão da modalidade deôntica: <i>hei de conseguir</i> (desejo); <i>tenho de/que conseguir</i> (obrigação) Sua produtividade é maior na codificação da modalidade
PARA	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aspecto de fase</i> (inceptivo) + <i>aspecto de extensão</i> (duração e iteração): combinada com o auxiliar <i>dar</i> com sujeito determinado: <i>a criança deu para ter medo de escuro...</i> • <i>Modalidade epistêmica</i>: combinada com o auxiliar <i>dar</i> com sujeito indeterminado: não <i>deu para ler</i> o livro durante o final de semana. • <i>Temporalidade</i> (futuro iminente): na construção com o auxiliar <i>estar</i>: a reforma da previdência <i>está para ser votada</i>. Combina-se apenas com dois auxiliares: <i>dar</i> e <i>estar</i>, sendo o primeiro deles mais esvaziado semanticamente
POR	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aspecto de colocação</i> (ordem): combinada com auxiliares que preservam seu significado original e com verbos de <i>accomplishments</i> ou de atividade: <i>acabou por comprar</i> um carro usado; <i>terminou por andar</i> sem destino até o amanhecer... • <i>Aspecto de extensão</i> (durativo): na construção com os auxiliares <i>estar e ficar</i>: sua lição ainda <i>está/ficou por fazer</i>, meu filho!

Fonte: Elaboração própria.

Restrições de apagamento de preposição em contexto de construções de verbo auxiliar

Se, na contemporaneidade, o apagamento de liames preposicionais em contextos de construções de verbo auxiliar está mais circunscrito às situações de oralidade, no período arcaico da história do português, que abrange, na cronologia de Mattos e Silva (2001), o intervalo de tempo compreendido entre os séculos XIII e XV, é possível documentá-lo também em textos escritos, conforme ilustram estes excertos extraídos, respectivamente, da obra *Orto do Esposo* (final do séc. XIV e início do séc. XV), citada por João de Almeida (1980), e da obra *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacence* (1200-1300), integrante do banco de dados do *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>):

- (45) “[...] e este seu filho, pero era filho de bõo padre, *começou husar* mal de ssy em guysa que se queria tornar a adorar os ydollos” (*Orto do Esposo*, 183 *apud* ALMEIDA, J., 1980, p.49).
- (46) “O qual logo abriu sua boca e per espiritu sancto *começou ffallar* pallavras consolatórias [...]” (*Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacence, Corpus do Português*)

A ausência da preposição nas construções destacadas em (44) e em (45) não ilustra, obviamente, uma regência própria do período, senão o apagamento de que nos ocupamos, já que nas mesmas obras há registro da construção com incidência indireta da preposição A, aos moldes do uso escrito contemporâneo, e também da preposição DE, a mais produtiva naquele período:

- (47) “E, estando ele deitado em oraçõ em aquelle loguar, *começou* sobitamente *a dormir*” (*Orto do Esposo*, 167 *apud* ALMEIDA, J., 1980, p.49).
- (48) “E *começarõ de andar* per hñu valle que era muy escuro” (*Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacence, Corpus do Português*).

Diante desses dados, a questão que se coloca é como explicar o fato de a construção aspectual inceptiva ser bem formada tanto com a presença quanto com a ausência da preposição. Além disso, considerando-se que, no período, havia concorrência entre as preposições A e DE no contexto da construção, conforme atestado pelos dados apresentados em (47) e em (48), não é possível saber, com correção, se ambas podiam ser elididas ou se apenas a preposição A, como ocorre nas construções contemporâneas, era passível de elisão¹⁷. Segundo nos ensina Maurer Júnior (1959), o fato de a preposição

¹⁷ A despeito da concorrência entre as preposições A e DE no contexto, acreditamos que ambas as preposições podiam ser elididas no período, em face desses dois dados extraídos da obra *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacence* (*Corpus do Português*) em que, apesar de se tratar do mesmo ambiente sintático, ora a locução se faz por incidência

reger o infinitivo constitui a maior inovação da sintaxe do verbo vulgar, abrindo caminho para inúmeras aplicações inéditas dessa forma nominal.

Assim, desde a época arcaica a língua vulgar se distinguia da aristocrática e literária em que admitia infinito como complemento de nomes e adjetivos, ou junto a verbos, para exprimir, pela simples justaposição, diversas relações que nos substantivos comuns eram indicadas pela flexão casual. [...] Os escritores da época, não podendo escapar à tendência da língua falada, evitam, contudo, um grave solecismo, suprimindo a preposição que regia o infinito no falar do povo. (MAURER JÚNIOR, 1959, p.185-186, grifo nosso).

Essa citação evidencia que o emprego da preposição em contextos de construções de verbo auxiliar, como as que estudamos, era inicialmente um vulgarismo da oralidade, sendo combatido na escrita dos escritores da época. Essa informação pode até ser evocada para explicar o apagamento da preposição nos contextos (45) e (46) há pouco apresentados, mas evidentemente não se aplica às elisões contemporâneas, conforme passamos a demonstrar:

- (49) a. A criança *começou a chorar* de fome.
- b. A criança *começou chorar* de fome.
- (50) a. A criança *danou a chorar* de fome.
- b. A criança *danou chorar* de fome.
- (51) a. A criança *tornou a fazer* birra, para desafiar a mãe.
- b. A criança *tornou fazer* birra, para desafiar a mãe.
- (52) a. A criança *deu para fazer* birra para chamar a atenção da mãe.
- b. A criança *deu p'ra fazer* birra p(a)ra chamar a atenção da mãe.
- c. A criança *deu pa' fazer* birra p(ar)a chamar a atenção da mãe.
- d. * A criança *deu fazer* birra p(ar)a chamar a atenção da mãe.
- (53) a. A criança *tem de comer* frutas e legumes.
- b. A criança *tem que comer* frutas e legumes.
- c. * A criança *tem comer* frutas e legumes.
- (54) a. A criança *terminou de fazer* a lição e foi brincar.
- b. * A criança *terminou fazer* a lição e foi brincar.
- (55) a. O orador *começou por agradecer* a presença do público.
- b. *O orador *começou agradecer* a presença do público¹⁸.
- (56) a. Todo o trabalho ainda *está por terminar*.
- b. * Todo o trabalho ainda *está terminar*.

direta, ora por intermédio da preposição DE: (i) "E disy *começarõ andar* per hũa carreira torta muy maa pella qual a alma nom avya outro lume" e (ii) "E *começarõ de andar* per hũu valle que era muy escuro".

¹⁸ A boa formação dessa construção só é assegurada por uma leitura inceptiva, mas não pela de ordenação que a presença da preposição POR codifica.

A análise dos contextos de (49) a (56) sugere que um fator capaz de licenciar o apagamento do liame preposicional em algumas construções contemporâneas é o tipo de preposição que participa do composto, ou seja, apenas a preposição A pode ser apagada do contexto sem prejuízo para a boa formação da sentença. Por conseguinte, conforme discutido na seção precedente, isso restringe também a opcionalidade da preposição às funcionalidades de cuja codificação a preposição A participa, a saber, aspecto de fase (inceptiva) e aspecto de extensão. Uma vez identificada a preposição que permite o apagamento, cabe-nos tentar entender por que apenas ela o permite. Ao que parece, trata-se de fenômeno complexo sobre o qual atua uma confluência de fatores que envolvem questões fonológicas, prosódicas, morfológicas e semânticas, conforme passamos a explorar.

Primeiramente, cabe observar que, quanto mais gramaticalizada a construção, maior a coesão entre seus elementos constituintes e, nesse caso, a preposição se integra de tal modo ao auxiliar que passa a comportar-se como se fosse parte dele, aos moldes de um morfema, transmutando-lhe a significação. Nenhum falante do português hesitaria em admitir que *ter* e que *ter de/que*, por exemplo, são duas formas verbais distintas que denotam significados diferentes na língua. O mesmo se pode dizer de *começar* e de *começar por*, de *acabar* e de *acabar de...* É como se tais preposições, ao se justaporem ao verbo auxiliar, se tornassem parte dele, comportando-se como um morfema portador da significação gramatical das categorias semânticas de aspecto, modo e tempo, o que, de certo modo, pode ser interpretado como uma extensão da antiga função casual que desempenhavam na língua latina. Se nossa interpretação do fato está adequada, ao integrar as construções de verbo auxiliar, a preposição estaria avançando no seu *continuum* de gramaticalização, tal como Lehmann (1995) o concebeu: sintatização > morfológização > redução fonológica > estágio zero. Sua aposição ao auxiliar para marcação de categorias gramaticais corresponderia, nesse processo, à fase da morfológização. Dessa etapa resulta a formação de um único vocábulo fonológico¹⁹, aqui concebido na acepção proposta por Câmara Júnior (1975, p.38): “entidade prosódica, caracterizada por um acento e dois graus de tonicidade possíveis, antes e depois do acento”. Fato é que, ao se apor ao verbo auxiliar, formando com ele um vocábulo fonológico, a preposição A se torna a vogal átona final da forma verbal e, conseqüentemente, se enfraquece, tornando-se sujeita, portanto, aos mesmos processos morfofonológicos²⁰ que essa vogal experimenta em ambiente de juntura intervocabular.

¹⁹ No entendimento de Câmara Jr. (1998), que estamos endossando, as formas dependentes, como as preposições e a partícula *que*, concorrente da preposição em nossas construções modais, são vocábulos mórficos, “[...] mas não constituem de per si vocábulos fonológicos. Ao contrário, criam um único vocábulo fonológico com a forma livre que se lhes segue ou as precede.” (CÂMARA JÚNIOR, (1998, p.37).

²⁰ Segundo adverte Cagliari (1997, p.62), “[...] ao descrever alguns contextos, há a necessidade de se levar em conta [...] não simplesmente os sons precedentes e subseqüentes, mas o fato do contexto estar ou não ligado a limites externos de palavra (também chamados de *juntura intervocabular*), ou pertencer a determinada categoria lexical ou sintática (por exemplo, verbo no infinitivo, nome, etc.)”, como é o caso das construções que estudamos. Quando isso acontece, “[...] tem-se, como ponto de partida para considerações dessa natureza não os fatos fonéticos, mas morfológicos, como,

Nesse ambiente, um contexto não apenas propício como também categórico para o apagamento da preposição é, por exemplo, aquele em que o verbo *começar* aparece flexionado na terceira pessoa do singular: *começa a dizer*. Nesse caso, é categórica a crase da vogal átona final do auxiliar com a preposição, resultando numa construção de auxiliar de incidência direta, aos moldes daquelas registradas no português arcaico: *começa dizer*. Esse ambiente de juntura vocabular pode se tornar ainda mais propício ao apagamento, caso a forma nominal de infinitivo também se inicie pela vogal /a/, como *adorar*, por exemplo (*começa a adorar*), que, por obra de um sândi externo, resultará, por concomitância de dupla crase, num único vocábulo fonológico (/komesado'ra/). Esse não é, contudo, o ambiente mais produtivo para o apagamento da preposição nas construções por nós descritas, que tendem a ser empregadas, majoritariamente, com o auxiliar flexionado no pretérito perfeito do indicativo cujas flexões de pessoa gramatical e de tempo verbal resultam numa forma terminada em ditongo decrescente: *começou a estudar*, *começei a estudar*, *começaram a estudar*. Dado que não se trata mais de um contexto de crase, como explicar semelhante queda da preposição A? Para Câmara Jr. (1998, p.39), “[...] a ocorrência de variação flexional no primeiro elemento da locução²¹ logo a distingue, com efeito, de um vocábulo formal unitário, porque em português o vocábulo formal só pode ter variação flexional na sua parte final.” Dadas essas circunstâncias, teremos que analisar a preposição no contexto de seu grupo de força, assim definido pela intensidade de emissão de suas sílabas, isto é, o acento. Nesse contexto, há que se considerar inicialmente dois tipos de sílabas: (i) *tônica* (sílabas de força excepcional) e (ii) *átona* (sílabas menos acentuadas). Dado que as sílabas átonas apresentam debilidades diversas de emissão, elas devem ser subcategorizadas segundo essa debilidade: (i) *subtônica* (sílabas átonas de uma palavra derivada, mas que já foi tônica na palavra primitiva), (ii) *pretônica* (antecedente da tônica) e (iii) *postônica* (seguinte à tônica) e/ou *átona final*. Para fins de construção de uma pauta acentual ou prosódica dos vocábulos, Câmara Jr. (1998) propõe atribuir, por convenção, a cada um desses tipos silábicos um numeral distinto, sendo 3 o correspondente à maior intensidade da escala e reservado, portanto, à tônica. Nessa gradação de debilidade, a subtônica seria marcada pelo numeral 2, as pretônicas o seriam pelo numeral 1 e as postônicas e as finais seriam igualmente marcadas pelo numeral 0. De acordo com Câmara Jr. (1998, p.35), “[...] no grupo de força, só a sílaba tônica do último vocábulo fonológico mantém o acento máximo 3. A de cada um dos vocábulos precedentes fica com acento mais atenuado.”, conforme ilustrado a seguir, por meio de uma de nossas construções:

por exemplo, a *forma básica* dos morfemas. Quando uma forma básica lexical serve de motivação para uma regra fonológica, acontece um *processo morf fonológico*.” (CAGLIARI, 1997, p.62-63).

²¹ Câmara Júnior (1998, p.38) assim distingue *justaposição* de *locução*: “Ao lado do conceito de justaposição, que é um vocábulo formal constituído de dois vocábulos fonológicos, temos o conceito de ‘locução’, para o que, a rigor, são dois vocábulos formais.” que formam um único vocábulo fonológico.

[CO ME ÇOU A CHO RAR]

1 1 2 0 1 3

A análise da pauta acentual da construção acima é suficientemente elucidativa para demonstrar que a preposição A é o único elemento do grupo destituído de força prosódica²², o que, por si só, já a torna um segmento potencial ao apagamento. Agregue-se a isso o fato de que ela se liga, do ponto de vista prosódico, a uma forma auxiliar que preserva seu conteúdo semântico original, além do que é a menor de todas as preposições da língua, constituída por um único fonema e, segundo prevê o parâmetro da integridade (Cf. LEHMANN, 1995), o tamanho substancial de um signo está estritamente atrelado à sua matriz semântica e fonológica. Desse modo, de todas as preposições do português, A é a mais esvaziada semanticamente e, por si só, não evoca qualquer tipo de relação semântica, contrariamente ao que ocorre com DE, por exemplo, altamente polissêmica e capaz de remeter às relações de posse, de origem, de lugar...; PARA, que remete à ideia de direção; ou mesmo POR, que evoca a ideia de percurso ou de deslocamento. Talvez por isso Pontes (1992, p.24) considere esse um contexto de uso da preposição A cujo “significado não é fácil precisar”. Além do fato de essa preposição ser destituída de força prosódica e de matiz semântico, ela está enclítica a um ditongo crescente [ow], que constitui, nos dizeres de Câmara Jr. (2011, p.211), um contexto categórico de monotongação²³:

[...] mudança fonética que consiste na passagem de um ditongo (v.) a uma vogal simples, como a passagem em latim de ae para /è/ e em latim vulgar de au para o (*pauper* > **popper*; cf. port. *pobre*). Para pôr em relevo o fenômeno da monotongação chama-se, muitas vezes, MONOTONGO à vogal simples resultante, principalmente quando a grafia continua a indicar o ditongo e ele ainda se realiza numa linguagem mais cuidadosa. Entre nós, há nesse sentido o monotongo ou /ô/, em qualquer caso, e ai /a/, ei /ê/ diante de uma consoante chiante; exs.: (*p*)ouca, (*b*)oca, (*c*)caixa, como *acha*, (*d*)deixa, como fecha.

²² Em tese, isso é previsível, considerando-se que a preposição é uma partícula átona enclítica ao auxiliar, com o qual forma um vocábulo fonológico, e que “os fonemas iniciais e finais de vocábulos dentro de um grupo de força ficam mal assinalados como tais” (CÂMARA JUNIOR, 1998, p.35).

²³ Paul Teyssier (1997, p.63) também atesta quão tradicional e produtiva é a monotongação de [ow] em [o] na história da língua portuguesa. Segundo seu relato, “esta monotongação começou provavelmente a manifestar-se no século XVIII. Invadiu todo o Sul e a maior parte do Centro de Portugal, mas no resto do país, ou seja, uma vez mais, no Norte, o antigo ditongo ou [ow] continua vivo.” “O português instalou-se no Brasil em meados do século XVI, ou seja, numa data em que as primeiras evoluções [...] já se haviam realizado: eliminação de numerosos encontros vocálicos [...], unificação do singular das palavras do tipo *mão*, *cão*, *leão* [...], manutenção da distinção entre /b/ e /v/ [...], simplificação dos sistemas de sibilantes [...]. Em todos esses pontos a *koiné* brasileira generalizou a norma portuguesa do Centro-Sul, tendo eliminada as particularidades marcadas do Norte. E, durante parte do período colonial, ele continuou a evoluir segunda a deriva do português europeu: monotongou ou em [o] [...]” (TEYSSIER, 1997, p.99).

Desse modo, a ênclise da preposição ao auxiliar monotongado [kome'so] promove a criação de um novo grupo vocálico, que pode ser articulado tanto como hiato quanto como ditongo. Fato é que as duas possibilidades articulatórias resultam dissonantes, porque

[...] a sucessão de duas vogais silábicas contraria a chamada “norma silábica”, que consiste na alternância regular e indefinida de um fonema de pequena abertura e de outro de grande abertura [...] Daí resulta a tendência, que se pode dizer geral, de suprimir os encontros vocálicos em hiato, de uma ou de outra forma. Um dos meios utilizados é o aprofundamento das diferenças existentes, cujo resultado é um ditongo. (BASSETO, 2010, p.44).

Essa opção, contudo, é ainda menos razoável no caso de nossa construção, porque a sequência vocálica /o/ + /a/ produz um ditongo esdrúxulo no português cujos glides são, respectivamente, /y/ e /w/. Desse modo, para não infringir uma tendência estrutural, já que “contra a força ambiental, há nas línguas a força estrutural, própria de cada sistema” (CAGLIARI, 1997, p.15), mantém-se, na enunciação da sílaba, o monotongo com a conseqüente queda do segmento átono final representado pela preposição A. Isso porque, no jogo de força expiatória, ela é apagada por ocupar uma posição assilábica. Essa opção preserva, de alguma maneira, a tradição linguística, já que desde o latim atesta-se uma tendência à redução de ditongos²⁴. Além disso, a síncope vocálica preserva uma lei fonética.

Segundo verificaram os neogramáticos, a vogal tônica, tanto latina como românica, possui grande estabilidade e dificilmente sofre maiores alterações. É a chamada *lei da persistência da sílaba tônica*. As vogais átonas das sílabas internas, porém, podem sofrer *síncope* [...]. Os fatores que as causam, por vezes concomitantemente, são a extensão do vocábulo, a maior ou menor rapidez na elocução, a natureza dos fonemas circunvizinhos e, com maior preponderância, o acento intensivo. [...] Essa tendência se acentuou no lat. vulg. e nas línguas românicas, uma vez que a síncope é um fenômeno de caráter sobretudo popular e familiar, próprio portanto da variedade vulgar e, em conseqüência, das línguas românicas. (BASSETO, 2010, p.48).

²⁴ Basseto (2010, p.41) registra que “[...] os ditongos lat. foram herdados do ind. -eur., com claras tendências à redução. Meillet e Vendryes observaram que todos os ditongos ind. -eur. estavam quase intactos na data dos documentos lat. mais antigos, simplificando-se, porém, no decurso da história da língua (*Traité de gram. comp. des lang. clas.*, p.112). O número reduzido de ditongos do lat. clás. levou Friedrich Diez à conclusão de que essa norma nutria ‘uma acentuada antipatia pelos ditongos’ (*Gram. des lang. rom.*, I, 184).”

Além dessa junção de fatores, inclusive diacrônicos, atestando que forças do passado continuam atuando no presente, a preservação do monotongo mediante a elisão da preposição A é também uma forma de conformação do vocábulo fonológico ao padrão silábico predominante nas palavras da língua portuguesa, as denominadas sílabas livres ou abertas, compostas estruturalmente de uma consoante e de uma vogal (CV). A manutenção do padrão silábico básico, aliado à pauta prosódica da construção e à carga semântica do liame preposicional parecem ser, com efeito, fatores relevantes para determinar a elisão, sobretudo quando substituímos a preposição A por outras que não se apagam no contexto:

	[A	CA	BOU	PO(R)	COM	PRAR]
	1	1	2	2	1	3
				[TEM	DE	FA ZER]
				2	1	1 3
				[DEU	PA (RA)	BE BER]
				2	2	0 1 3

Quando examinamos as preposições POR, DE e PARA, que não são passíveis de apagamento no contexto da construção, percebemos que em seu favor pesam o fato de terem maior força prosódica que a preposição A, de se conformarem, no ambiente fonológico em que ocorrem, ao padrão silábico CV, além de serem dotadas de maior carga semântica que a preposição A. Importante observar que a preposição PARA, que contém a maior carga sonora do grupo e, conseqüentemente maior conteúdo nocional, só se combina com verbos cuja significação original foi esvaziada, o que indicia que o matiz semântico do item preposicional é relevante para a codificação funcional da construção e, portanto, também determina a possibilidade de ele ser ou não apagado no contexto.

Antes de passarmos à última subseção, espaço em que refletiremos sobre os fatores que determinam a seleção da preposição no contexto da construção de verbo auxiliar, cabe-nos ponderar acerca das implicações de nossa análise frente ao fato de que, conforme nos reportaram falantes nativos do português europeu e do galego, quando de nossa apresentação no IV Congresso Internacional de Linguística Histórica (Homenagem a Ivo Castro), ocorrido em Lisboa no período de 17 a 21 de julho de 2017, nessas duas línguas românicas, ao contrário do que ocorre no Brasil, nem mesmo a preposição A pode ser elidida da construção, sob pena de se comprometer a gramaticalidade da sentença. Em face de nossa análise, segundo a qual a (im)possibilidade de apagamento é fortemente motivada por questões de ordem prosódica, avaliamos que o fato de o português lusitano e o galego preservarem a preposição A em suas construções possa ser explicado por uma diferença fonética de timbre da vogal A nas referidas línguas, quando em posição átona final, o que, certamente, altera a pauta acentual do composto. É sabido que “[...] é principalmente na pronúncia das vogais que o português do Brasil se distancia, tanto pelo seu conservadorismo como pelas suas inovações, do português

européu.” (TEYSSIER, 1997, p.104), além do que tal diferença se afirma nas posições átonas, em virtude de o acento português ser “[...] intensivo, mas não violento. É muito mais forte em Portugal do que no Brasil, com um grande contraste entre sílaba tônica e sílaba átona, que no Brasil não se verifica.” (CÂMARA JUNIOR, 1976, p.33). No caso específico do [a] átono final, “embora mais breve que em posição tônica, permanece muito aberto” (TEYSSIER, 1997, p.100) no Brasil, além de aqui ter se neutralizado a oposição de timbre aberto e fechado desse fonema em sílaba pretônica, que é também um possível contexto para a preposição A em construções de auxiliar (*começou a dar*). Esse seria, por exemplo, um contexto em que a articulação lusitana não permitiria o apagamento da preposição aos moldes do que ocorre no Brasil.

Fatores determinantes da seleção da preposição no contexto de construções de verbo auxiliar

Uma última questão sobre a qual nos propusemos a refletir no contexto das construções de verbo auxiliar de incidência indireta diz respeito à seleção da preposição nesse ambiente sintático. Se considerarmos que, no latim vulgar e, conseqüentemente, nas línguas românicas, à forma nominal de infinitivo cabia, na origem, o papel de regime, já que, em construções como *quero trabalhar* (português), *quiero decir* (espanhol), *il doit partir* (francês) e *passiamo capire* (italiano), “temos um infinito que serve de complemento direto a outro verbo” (MAURER JUNIOR, 1959, p.183), tendemos a acreditar que cabe ao auxiliar, como um resquício de sua antiga função lexical, selecionar a forma nominal que irá compor com ele a construção (COELHO, 2013). Daí cogitarmos se também a preposição seria selecionada pela forma auxiliar, hipótese que nos induz inicialmente a supor que as construções de verbo auxiliar de incidência direta seriam restritas a formas auxiliares originalmente transitivas diretas, ao passo que as de incidência indireta teriam gramaticalizadas na função de auxiliar formas verbais transitivas indiretas. Entretanto, os processos de mudança linguística são muito complexos para se conformarem a essa generalização e pródigos são os exemplos de construções de verbo auxiliar de incidência indireta com auxiliares relacionais, transitivos diretos, bitransitivos ou ainda inacusativos, conforme ilustram, respectivamente, os dados a seguir:

- (57) a. O trabalho *ficou por* terminar.
b. O bebê *está para* nascer.
- (58) a. *Hei de* conseguir o emprego.
b. *Tenho de* terminar o trabalho.
c. Os moradores *pegaram a* reclamar das atitudes do novo porteiro.
- (59) Aquela criatura, antes tão meiga, *deu para* ser malcriada com qualquer um que lhe dirija a palavra.

- (60) a. A criança *começou a chorar* de repente.
b. *Acabamos de ouvir* a notícia no jornal.

Não podemos perder de vista, contudo, que o processo de gramaticalização do qual resultam as construções de verbo auxiliar envolve reanálise e que, portanto, a chave para se entender a presença da preposição nos contextos ora ilustrados só poderá ser identificada, se assim o puder, historicamente, ou seja, tentando-se recuperar o contexto sintático que promoveu a reanálise. Até onde pudemos alcançar, as construções de verbo auxiliar de incidência indireta têm nos contextos de finalidade um *locus* privilegiado para sua emergência. Em favor de nossos dados vem a calhar a informação de Maurer Júnior (1959, p.184), segundo a qual

[...] a idéia de fim está associada à forma primitiva do infinitivo, se a interpretação comumente admitida de que se trata de um velho dativo (*amari*) ou locativo (*amare*) é correta. Bennett admite que a idéia de *direção* e de *fim* tenha passado do dativo para o locativo.

Nossos dados apontam mais especificamente que o processo da reanálise ocorre num contexto de finalidade muitas vezes favorecido pela anteposição de complementos selecionados pela forma nominal de infinitivo, conforme passamos a demonstrar, a partir da análise destes dados extraídos do *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>):

- (61) “[...] nêhũa cousa a mĩ *ficou por dar*” (séc. XIII, Textos Notariais)
(62) “[...] nêhũa cousa pode séer dicta perfecta nê acabada quando algũa cousa dela *fica pera fazer*” (séc. XIV, Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra)
(63) “[...] e muitos clerigos e leygos que hy *estavã pera lhe fazerê* honrra asi como fazê a homẽ morto [...]” (séc. XVIII, Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense)
(64) “Este foi todo o fundamento das honras que me fez e licenças que me *deu para pregar e baptizar* por todo o reino” (séc. XVII, História da Vida do Padre São Francisco Xavier)
(65) “[...] posto que as ocasiões de serviço, ou chamado serviço, de V. M. têm sido tantas estes dois anos que não tiveram os pobres índios lugar de lograrem os seis meses que V. M. lhes *manda dar para acudirerem* a suas lavouras e casas e para conhecerem que não são cativos [...]” (séc. XVII, Cartas de Padre Antônio Vieira).
(66) “Amigos e vassalos, bem sabees em como me enlegestes por vosso rey e o juramento que me *destes de fazer* dereito e justiça assy aos grandes como aos pequenos” (séc. XIV, Crônica Geral de Espanha de 1344).

A despeito da diferença tanto de transitividade das formas verbais reanalisadas como futuros auxiliares quanto das preposições que precedem a forma nominal de infinitivo nos dados de (61) a (66), a característica comum que os une é o contexto de finalidade com infinitivo. Nos excertos (61) e (62), flagramos o verbo FICAR seguido das preposições POR e PARA e de um infinitivo final cujos respectivos complementos aparecem antepostos. A despeito da ambiguidade das formas, própria dos processos de gramaticalização e de reanálise, já é possível antever a noção durativa que a construção [FICAR + POR/PARA + INFINITIVO] passou a denotar. Em (63), o verbo ESTAR ainda não está reanalisado como auxiliar, mas seu complemento circunstancial está anteposto, assim como o complemento dativo do infinitivo FAZER, o que favorece a justaposição das formas para uma futura reanálise. Ainda assim, já é possível identificar na relação de finalidade ali instaurada a noção de iminência que a construção [ESTAR + PARA + INFINITIVO] traduz na contemporaneidade, dado que a ação fim (fazer as honras ao defunto) ainda não fora cumprida, embora todos ali estivessem para fazê-lo. Nas passagens de (64) a (66), identificamos ocorrências do verbo DAR, hoje gramaticalizado como auxiliar em construções modais e aspectuais, também em contextos de finalidade com complemento dativo anteposto. Ao contrário dos demais ambientes sintáticos, nesse caso específico, ainda não é possível precisar se a funcionalidade latente é a modal ou a aspectual, sobretudo porque, conforme demonstramos, no caso da construção [DAR + PARA/DE+ INFINITIVO], a função gramatical decorre tanto do conjunto quanto do tipo de sujeito selecionado e de seu papel semântico, que deve ser necessariamente de agente, em se tratando da conotação do aspecto.

Além do contexto de finalidade ora analisado e daquele já discutido na seção precedente, que explica a presença da preposição nas construções modais com os auxiliares TER e HAVER como um resquício de um complemento nominal cujo nome regente foi apagado depois que seu conteúdo ilocucionário incorporou-se à construção, nossa pesquisa identificou ainda uma relativa produtividade de verbos inacusativos que se gramaticalizaram como auxiliares em construções aspectuais. No caso específico de tais verbos, além de os dados arcaicos já apreenderem, na maioria das vezes, a construção já gramaticalizada, não nos parece legítimo tributar a reanálise a um contexto de finalidade introduzido por preposição mais infinitivo, conforme passamos a demonstrar a partir dos dados diacrônicos a seguir coletados no *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>):

- (67) “[...] adorey o lenho da cruz e *começey a andar* meu caminho [...]” (séc. XIII, Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense)
- (68) “E esta moeda era de tantos dinheiros o maravidil que *chegava a valer* o maravidil tanto como hũu maravidil d’ouro [...]” (séc. XIV, Crônica Geral de Espanha de 1344,)
- (69) “E, depois que esto *acabou de dizer*, levantousse o Cide e foilhe beyjar a mão” (séc. XIV, Crônica Geral de Espanha de 1344)

- (70) “Voltando para casa mui satisfeita, ordena aos criados que, assim enopados, sirvam à mesa, onde o marido *acabou por conhecer* a extravagante bizzarria da sua querida e formosa esposa” (séc. XVIII, Cartas do Cavaleiro de Oliveira).
- (71) “E *terminou por confessar* que desde os nove anos não voltara a Sintra” (séc. XIX, Eça de Queiroz).
- (72) “Quando Michelangelo *terminou de esculpir* a encomenda feita por um cardeal francês, a Pietà, o mundo inteiro descobriu que o artista possuía um raríssimo dom: o germe da beleza” (séc. XX, A guerra das imaginações).

Os excertos de (67) a (72) compõem-se de construções com verbos inacusativos gramaticalizados na função de auxiliar. Todas marcam aspecto, quer de fases (Cf. (67), (69) e (72)), quer de colocação (Cf. (68), (70) e (71)). Em algumas delas, como em (69), por exemplo, é possível identificar, como naquelas cujo processo de reanálise envolve um contexto de finalidade, a anteposição do complemento da forma verbal de infinitivo. Em (68), por seu turno, identificamos o argumento do verbo *chegar* (o maravidil) posposto ao infinitivo e, em se tratando especificamente desse verbo, a preposição *pode*, a princípio, ser justificada tanto pela regência (*chegar a algum lugar/ponto*) quanto pela noção de limite que ela agrega ao verbo e que parece ser determinante para traduzir a noção de ordem hierárquica que o emprego da construção [CHEGAR + A + INFINITIVO] traduz. Essa especificidade, contudo, não explica o emprego da preposição nas demais construções com verbos inacusativos, senão evidencia que o sentido de fundo da preposição concorre para determinar o tipo de noção aspectual que o composto traduz, o que corrobora o argumento de que a preposição não é um item esvaziado de significação (Cf. LURAGHI, 2003).

Foi, no entanto, na análise dos critérios adotados pelos gramáticos espanhóis para atestar o estatuto de construções preposicionais em contexto de auxiliar que pudemos alcançar um ângulo capaz de lançar alguma luz sobre a presença das preposições nos contextos de verbos inacusativos, como aqueles ilustrados de (67) a (72), e de subsidiar a tese que passamos a explorar. Ao compararem estruturas com o mesmo significado (*Empezó a llover y Empezó la lluvia; Terminó de llover y Terminó la lluvia*), Bosque e Demonte (1999) argumentam que o sintagma nominal (*la lluvia*) não pode substituir paradigmaticamente a construção preposicionada (*de llover*) por atuar como sujeito dos verbos *começar* e *terminar*, função que não pode corresponder ao infinitivo, que, embora tenha função substantiva, está precedido de preposição. Assim sendo, é possível especular que “a mais notável inovação na sintaxe do infinitivo”, nos dizeres de Maurer Jr. (1959, p.185), tenha sido um recurso adotado nas construções de verbo auxiliar inacusativo nas línguas românicas para afiançar a formação do composto, já que a condição para a auxiliabilidade é a presença de um sujeito único para as duas formas verbais, sendo tal sujeito selecionado pela forma principal do composto. Desse modo, o infinitivo regido de preposição irrompe, no ambiente sintático de verbos inacusativos, como um mecanismo que o sistema linguístico oferece ao falante para impedir que as formas verbais justapostas tenham dois sujeitos distintos e, conseqüentemente, não

possam ser reanalisadas como uma construção de verbo auxiliar. A escolha da preposição que irá reger o infinitivo transformando-o, dessa feita, na forma do composto capaz de selecionar o sujeito obviamente será determinada por seu potencial semântico para codificar as funções aspectuais pretendidas.

Do exposto, fica demonstrado que ao auxiliar não compete a seleção do liame preposicional que se interpõe à forma nominal de infinitivo, o que explica a possibilidade de existirem construções de incidência indireta independentemente da transitividade da forma auxiliar.

À guisa de conclusões

A pesquisa ora relatada elegeu como objeto de estudo construções verbais da língua portuguesa constituídas por [verbo auxiliar + preposição + infinitivo]. As generalizações alcançadas resultam de análise quantitativa e qualitativa de 802 dados diacrônicos coletados no *Corpus* Tycho Brahe (<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>), para compor uma amostra linguística dos séculos XV ao XX. Adicionalmente, analisamos qualitativamente dados do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>), além daqueles de intuição. A partir de uma abordagem pancrônica e multissistêmica de língua, buscamos responder a quatro questões-problema intimamente relacionadas cujas principais conclusões podem ser assim sumarizadas:

- (i) apenas quatro preposições altamente gramaticalizadas – A, DE, PARA e POR – podem ocorrer no contexto das construções analisadas, sendo DE a mais produtiva delas, respondendo por mais de 90% das ocorrências do *corpus*;
- (ii) a despeito de algumas preposições participarem da codificação de mais de uma funcionalidade, existem idiosincrasias: as preposições A e POR participam apenas da codificação de aspecto; as preposições DE e PARA participam tanto da codificação de aspecto, quanto de modalidade; a preposição PARA é a única que participa da codificação de tempo;
- (iii) o apagamento da preposição no contexto de construções de verbo auxiliar de incidência indireta é circunscrito à preposição A e condicionado por uma imbricação de fatores envolvendo questões prosódicas e fonológicas do composto, além do conteúdo semântico da preposição;
- (iv) o elo subordinante que figura no ambiente de construções de verbo auxiliar é, na grande maioria das construções, oriundo de um contexto de finalidade com infinitivo precedido de preposição com anteposição de complemento. Em se tratando de construções com verbos inacusativos, a presença do elo prepositivo é uma forma de legitimar a formação do composto, evitando, assim, que o infinitivo seja tomado como sujeito da forma verbal que o antecede.

Agradecimentos

Este texto resulta de pesquisa desenvolvida durante um Programa de Pós-doutorado realizado na Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, a quem agradecemos a solicitude e a oportunidade de refletir de forma dialógica sobre questões teóricas da linguagem.

COELHO, S. A study of prepositions in the context of auxiliary verb constructions. *Alfa*, São Paulo, v. 65, 2021.

- *ABSTRACT: In this article, we describe and analyze Portuguese language constructions formed by [auxiliary verb + preposition + infinitive], which are approached in a panchronic way, based on a cognitive and multisystemic conception of language. Our main objective is to explain why, in some of these constructions, the preposition tends to be deleted, especially in oral contexts, without cause any problem to the good formation of the sentence, while in other ones the preposition must be interposed between the auxiliary verb and the nominal form of infinitive, otherwise the good formation of the compound will be compromised. In the context of this larger question, we also seek to describe what kind of preposition occurs in these constructions, the correlation between the type of preposition and the grammatical function (aspect, time, modality) has been coded by the construction, as well as identifying factors determining the presence of preposition in these contexts. The results show that the prepositions A, DE, PARA and POR can occur in this context and that they are inherited from the context of the reanalysis of the construction, mostly linked to a syntactic purpose environment. The optionality of preposition in context is restricted to preposition A and conditioned by an overlap of factors linked to phonological, prosodic and semantic issues.*
- *KEYWORDS: Preposition. Construction of auxiliary verb of indirect incidence. Verbal aspect. Time. Modality*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis: ILHPA-HUCITEC, 1980.

ALMEIDA, Napoleão M. de. **Gramática metódica da Língua Portuguesa**. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BARROSO, H. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrônica**. Porto: Porto Ed., 1994.

BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica: história interna das línguas românicas**. São Paulo: Edusp, 2010. v.2.

- BERTUCCI, R. Aspecto terminativo: verbos auxiliares no português brasileiro. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v.12, n.1, p.41-58, jan./jun. 2010.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar**: tense, aspect and modality in the languages of the world. London: The University of Chicago Press, 1994.
- BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la Lengua Española**: las construcciones sintácticas fundamentales: relaciones temporales, aspectuales y modales. Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Edição do Autor, 1997. pt. I.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Problemas de linguística descritiva**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COELHO, S. M. Gradualismo do processo de gramaticalização e princípio da persistência: indícios de uma hierarquia de traços? **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v.15, n.2, p.519-541, jan./jun. 2013.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. **Corpus do Português**: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s. 2006. [S. l.]: National Endowment for the Humanities, 2004-2015. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>. Acesso em: 25 maio 2021.
- DIAS, A. E. da S. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica, 1970.
- GALVES, C.; ANDRADE, A. L. de; FARIA, P. **Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese**. [S. l.: s. n., 2017). Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip>. Acesso em: 25 maio 2021.
- GIVON, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.
- GIVON, T. **Syntax**: a functional- typological introduction. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUBOTT, E. C.; HEINE, B.; (org.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1971. p.17-36.

- KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. *In*: KURYLOWICZ, J. **Esquisses Linguistiques II**. München: Fink, 1965. p.38-54.
- LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**: Munich: Lincom Europa, 1995. Originalmente publicado: *Thoughts on grammaticalization: a programatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, 1982, v.1.
- LURAGHI, S. **On the meaning of prepositions and cases**: the expression of the semantic roles in Ancient Greek. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAURER JÚNIOR, T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- PONTES, E. **Espaço e tempo na Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes, 1992.
- SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7.ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008. (Coleção Antônio de Morais Silva, v.7).
- SAIDALI, M. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SANTANA, L. **Relações de complementação no português brasileiro**: uma perspectiva discursivo-funcional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- SOUSA, N. dos S. V. **Preposições em perífrases verbais de infinitivo**: um estudo preliminar. 2011. 93f. Trabalho apresentado à disciplina Projeto de Curso. Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- TRAVAGLIA, L. C. A (poli)gramaticalização do verbo *acabar*. **Letras & Letras**: Uberlândia, v.20, n.2, p.21-56, jul./dez. 2004.
- TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. Ed. rev. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- VENDLER, Z. **Verbs and times**: Linguistics in Philosophy. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

Recebido em 21 de setembro de 2019

Aprovado em 20 de maio de 2020